

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás
Universidade Federal de Goiás

O PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM NO PROEJA: DAS DIFICULDADES
DE LEITURA E ESCRITA EM LINGUA PORTUGUESA

Benedita Félix Queiroz

Goiânia
2009

Benedita Félix Queiroz

O PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM NO PROEJA: DAS DIFICULDADES
DE LEITURA E ESCRITA EM LINGUA PORTUGUESA

Monografia apresentada ao programa de Pós – graduação Lato Sensu do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás/CEFET-GO, como exigência para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, sob a orientação da professora Ms. Geovana Reis

Goiânia

2009

Agradecimentos

A Deus pelo dom da vida e capacidade de aprender.

Aos meus familiares pela compreensão e incentivo.

Aos Colegas pela convivência e aprendizado.

Aos professores por me conduzir rumo ao conhecimento.

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
Tem mil faces secretas sobre a face neutra e
te pergunta, sem interesse pela resposta
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás
Universidade Federal de Goiás
Benedita Félix Queiroz

O PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM NO PROEJA: DAS DIFICULDADES
DE LEITURA E ESCRITA EM LINGUA PORTUGUESA

Professora Ms. Geovana Reis
Orientadora

Goiânia
2009

Resumo

Objetivou-se investigar primeiro os aspectos inerentes às dificuldades de Leitura e Escrita no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA; em seguida, estabelecer considerações sobre o processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e finalmente demonstrar a importância da Leitura e da Escrita para o aprendizado dos discentes desse programa de ensino. O método desenvolvido foi inicialmente, pesquisa bibliográfica da teoria disponível, entre elas o documento base do PROEJA. Além disso, optou-se pela realização de conversa informal com alunos e educadoras do Colégio Estadual Visconde de Mauá – no setor Pedro Ludovico – Goiânia – GO, onde são ministradas aulas para jovens e adultos no período noturno. Verificou-se que as dificuldades de leitura e escrita não é fato somente entre alunos jovens e adultos, pois uma grande maioria de educandos do sistema regular de ensino apresenta dificuldades semelhantes ao público alvo desta pesquisa. Conclui-se que entre os vários fatores que compõem a dificuldade de leitura e escrita desses alunos estão àqueles relativos a questões sociais e individuais somados ao fato de que a prática e a metodologia dos docentes que atuam na disciplina diferem do seu discurso teórico e estão voltadas para os aspectos funcionais da linguagem – ênfase na gramática, frases isoladas e conteúdos fragmentados o que dificulta a compreensão dos conteúdos ensinados. Isso levou à apresentação de sugestões e recomendações que possam ajudar os docentes no trabalho com as dificuldades de leitura e escrita no PROEJA e/outras instituições de ensino que atuem na Educação de Jovens e Adultos.

Palavras – chave: PROEJA, Dificuldade de Aprendizagem, Língua Portuguesa, Leitura e Escrita, Letramento.

Sumário

Introdução.....	09
Capítulo I	
Da Aprendizagem – teorias e conceitos.....	11
Capítulo II	
Língua materna: Da EJA ao PROEJA.....	17
2.1 Possibilidades e Recomendações	20
Considerações Finais.....	27
Referências.....	29

INTRODUÇÃO

Saber escrever pressupõe, antes de tudo, saber ler e pensar. O pensamento é expresso por palavras, que são registradas na escrita, que por sua vez é interpretada pela leitura. Essas atividades estão intimamente relacionadas e fazem parte da existência humana.

Ter o domínio sobre a língua materna implica tomar a palavra, é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, dificuldades, reconhecimentos, relação de poder, constituição de identidade. A escolha do tema deste estudo: O Processo ensino-aprendizagem no Proeja: das dificuldades de leitura e escrita em Língua Portuguesa, surgiu da reflexão como educadora acerca das dificuldades de aprendizagem dos alunos jovens e adultos e da observação da prática dos docentes na busca de sanar essas dificuldades.

O Proeja é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Decreto nº 5840-13/07/2006) e surgiu da necessidade de ampliar os limites da educação de jovens e adultos e propiciar a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho.

Nesse contexto, objetivou-se investigar os aspectos inerentes às dificuldades de leitura e escrita dos discentes do Programa e estabelecer considerações sobre o processo ensino – aprendizagem da língua materna para demonstrar a importância da leitura e da escrita para o aprendizado dos alunos. Para responder a questão: Como trabalhar as dificuldades de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa dos alunos do proeja, optou-se por pesquisa bibliográfica sobre dificuldades com leitura e escrita e também conversa e observação informais com discentes e docentes do Colégio Estadual Visconde de Mauá – no setor Pedro Ludovico – Goiânia/GO. Há que se destacar que este colégio não possui alunos de PROEJA, pois a rede estadual de Goiás ainda não implantou este projeto, porém a instituição trabalha com Educação de Jovens e Adultos já a alguns anos, de modos que nos pareceu adequado investigar a problemática proposta tendo como referencia os alunos de EJA desta instituição.

Este estudo está dividido em três partes: no capítulo I, apresenta-se teorias e conceitos de aprendizagem e dificuldades de aprendizagem com fundamentação em autores como Pfromm Neto (1987), Fonseca (1995), Fernandez (1991).

No capítulo II discute-se os fatores que levam às dificuldades de aprendizagem da língua materna, apoiando nos conceitos de alfabetização e letramento, mais especificamente voltados às modalidades EJA e PROEJA.

No capítulo III a discussão será feita tendo como foco o processo – ensino-aprendizagem, nos aspectos relativos a metodologia, instrumentos e possibilidades de trabalho dos docentes em Língua Portuguesa. Apresenta ainda, recomendações e considerações à respeito de abordagens que podem facilitar na busca de soluções para a problemática do ensino do idioma na concepção de que todas as ações se concretizam na e pela linguagem. São todos os discursos cruzando-se, criando e recriando sentidos.

Pretende-se investigar as dificuldades de aprendizagem em Língua Portuguesa dos discentes do programa de educação de jovens e adultos, apoiando-se no conceito de letramento e no PROEJA na tentativa de apresentar possibilidades para o processo ensino-aprendizagem da língua, bem como demonstrar a importância da leitura e da escrita para o aprendizado dos alunos.

CAPITULO I

DA APRENDIZAGEM – TEORIAS E CONCEITOS

Busca-se apoio nas teorias e conceitos sobre aprendizagem para melhor compreensão dos fatores de dificuldades da leitura e escrita no processo ensino-aprendizagem em programas de educação de jovens e adultos. A aprendizagem é um conceito nuclear, tanto na psicologia como na pedagogia e constitui um dos temas centrais da psicologia educacional. Ao associarmos educação e aprendizagem nota-se que as definições convencionais de educação limitam-se à espécie humana e a caracterizam como um processo total por meio do qual o indivíduo, em interação com a cultura em que vive, desenvolve sua compreensão da realidade e assimila conhecimentos, técnicas, crenças, atitudes e valores e também transmite aos descendentes.

Segundo PFROMM NETO (1987) a palavra educação originou-se do:

“latim *educatio, educationis*. Em tempos distantes designavam tanto a criação de seres humanos como a de animais e plantas. Entre os antigos romanos *educare* significava criar ou nutrir crianças e estava ligado a outro verbo, *educare* – fazer sair, lançar ou tirar para fora, criar (...) (p. 6)

Em anos recentes, tem ganhado crescente aceitação e aprofundamento uma concepção que liga a educação às noções emergentes de informação e processamento de informação no sistema nervoso humano. Nesse contexto a palavra informação torna-se abrangente: idéias, fatos, textos, sons, imagens-criadas ou naturalmente disponíveis no ambiente.

Os fins últimos da educação é essencialmente a promoção de uma pessoa bem integrada, capaz de assumir um papel ativo e responsável na sociedade e sua formação compreenderia, portanto, o desenvolvimento de capacidades intelectuais e

discernimentos sociais (cognição), a aprendizagem de habilidades ativas práticas (aprendizagem afetiva).

Psicólogos e educadores em geral reconhecem que a aprendizagem é um processo complexo que envolve muitas variáveis que se combinam de diversos modos, e está sujeita a influencia de fatores internos e externos, individuais e sociais. Em PFROMM NETO (1987, p. 10-13) temos numerosa definição de aprendizagem:

1 – Processo de modificação do comportamento, pela experiência, com um sentido de adaptação progressiva, ou de valor positivo na interação de todo organismo.

2 – A aprendizagem mantém relações de continuidade com as atividades mais gerais do organismo, lingüísticas, comunicativas, cognitivas, de processamento de informação e tomada de decisão, servindo, a demais, como componente destas atividades.

3 – Aprendizagem é a mudança relativamente permanente no conhecimento e no comportamento de uma pessoa, por causa da experiência.

Em síntese pode-se afirmar que a aprendizagem constitui uma mudança de comportamento resultante da experiência. Trata-se de uma mudança de comportamento ou de conduta que assume várias características. É uma resposta modificada, estável, durável, interiorizada e consolidada no próprio cérebro do individuo.

FONSECA (1995), ao abordar a aprendizagem humana afirma que:

O homem é eminentemente o animal da aprendizagem (...). Tudo isso, possível e explicável, atrás: primeiro, da hominização do corpo e da ação; e segundo, da hominização do espírito e do pensamento. (...) De fato, a aprendizagem se apóia na “linguagem interior”. A partir de uma linguagem não-verbal e gestual, a experiência humana transformou a informação sensorial num processo cognitivo, inventando para este um código que a representa. (p. 129)

A mente humana alcançou, assim, a maior aventura em que alguma vez esteve envolvida, encontrando de fato um processo de comunicação e exprimindo-se por meio da linguagem articulada. Foi preciso outro longo processo histórico para que a linguagem falada fosse materializada numa linguagem escrita, permitindo o acesso “a leitura, como processo receptivo, e à escrita, como processo expressivo” segundo Fonseca (1995, p. 131). A relação entre um sistema lingüístico e um sistema conceitual se estabeleceu, então, por meio do símbolo, produto mental pelo qual o pensamento se exprime e se organiza. Está desse modo, encontrado o meio de transmissão de aprendizagens para novas gerações.

A aprendizagem – ou ainda – o processo ensino-aprendizagem de qualquer disciplina, conteúdo ou saber passa necessariamente por seu suporte fundamental - sua língua, a aquisição da leitura e da escrita. Os processos de socialização dos saberes são múltiplos e complexos e envolvem concepções acerca de ensino e de aprendizagem, e a articulação entre ambos; a seleção de conteúdos relevantes; e as metodologias a serem adotadas.

Contudo, a aprendizagem da leitura e escrita não se dá de forma natural, nem tão pouco é conseguida por todos. Ainda em FONSECA (1995), acerca das dificuldades de aprendizagem temos:

A exclusão sutil de crianças e jovens com Dificuldades de Aprendizagem (DA) da política de educação não tem sido acidental. (...). Para serem identificados como tal, deveriam implicar a observância de uma gama de atributos e características cognitivas. (...) Dificuldade de Aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático. (p. 71)

No âmbito educacional o quadro das Dificuldades de Aprendizagem cresceu muito rapidamente, exatamente porque foi utilizado para absorver uma diversidade de problemas educacionais acrescidos de uma grande complexidade de acontecimentos externos a eles. O enfoque mais freqüente das Dificuldades de

Aprendizagem localiza esta no individuo que não rende/aprende ao nível do que se poderia supor e esperar a partir do seu potencial intelectual. E devido a essa dificuldade específica de cognição que atinge a aprendizagem, o estudante tende a ter dificuldades de aprendizagem e muitas vezes é negligenciado. Trata-se de uma questão que, em ultima análise, ilustra o insucesso escolar e também individual do estudante, porém em determinados casos cada dislexia, desordem cognitiva e desordem na linguagem pode ser sinônimo de uma não-pedagogia, ou seja, o uso de método impróprio para a dificuldade apresentada pelo aluno.

Quanto aos métodos de intervenção nas Dificuldades de Aprendizagem, Fonseca (1995) faz uma critica relevante:

Os métodos pedagógicos – reeducativos de leitura, escrita (ortografia) e de cálculo tendem a ser empíricos e, por vezes, inconsistentes e ambíguos, sem qualquer teoria. (...) Frequentemente apresentam-se abjetos, sem estratégias de mediação e de interação, sem conteúdos psicolinguísticos (fonológicos, semânticos, sintáticos) e sem rotinas psicofundacionais cognitivas e metacognitivas compensativas e/ou corretivas (por exemplo: decodificação, codificação, aquisições e subaquisições da leitura: síntese, análise, compreensão, ideação, etc.) (p. 77)

Estudos Avançados realizados na Inglaterra por Vanghn e Bos (1988) apud FONSECA (1995) mostram que os sistemas de ensino apresentam por aproximação a seguinte distribuição da população escolar:

- As crianças com DA representariam mais ou menos 25% da população escolar;
- As crianças com desordens (disfunções cerebrais mínimas) representariam cerca de 5%;
- As crianças com IE (histórias de repetências em uma ou mais disciplinas curriculares e privações – sócio-cultural) seriam 25% (com história de repetências em uma ou mais disciplinas curriculares);

- As crianças com necessidades educacionais específicas (caracterizadas com demências) de 20%; e finalmente
- As crianças “normais”, isto é, sem história de IE, representariam cerca de 25% (p. 83)

Retomando a discussão acerca dos processos de aprendizagem da leitura e escrita, ao estudar as diferentes abordagens para tratar de Linguagem do ponto de vista educacional, a psicopedagoga Edith Rubinstein (2003) identifica-se com a concepção de linguagem integral desenvolvida por GOODMANN, K. (1997), neurolinguista americano, que contestou na década de 1980, a visão fragmentada do ensino da escrita. Ela esclarece o modelo de linguagem integral: “concebe a linguagem em quatro habilidades: ler, escrever, falar e escutar como habilidades que se realimentam e se completam” (p. 26)

É uma forma de conceber a leitura e a escrita como um dispositivo não só para saber do outro, mas para saber de si, para si reencontrar e se reconhecer, ou seja, se conhecer de outro jeito, a partir do contato com suas próprias produções e a dos outros.

Nas dificuldades de aprendizagem ou problemas de aprendizagem fariam parte dessa conceituação os atrasos no desempenho escolar por desinteresse, perturbação emocional, inadequação metodológica ou mudança no padrão de exigência da escola, ou seja, alterações evolutivas.

Paín (1996) considera a dificuldade para aprender como um sintoma, que cumpre uma função positiva tão integrativa como o aprender, e que pode ser determinado por:

- 1- Fatores Orgânicos – relacionados a aspectos do funcionamento anatômico, como o dos órgãos dos sentidos e do sistema nervoso central;
- 2- Fatores específicos: relacionados a dificuldades específicas, não passíveis de constatação orgânica, que se manifestam na área da linguagem ou na organização espacial;

- 3- Fatores Psicogênicos – As dificuldades de aprendizagem decorrentes de um sintoma ou de uma inibição são distintas. Quando relacionadas a um sintoma, o não aprender possui um significado inconsciente; quando trata-se de uma inibição, uma retratação intelectual do ego, ocorre diminuição das funções cognitivas;
- 4- Fatores Ambientais – Relacionadas às condições objetivas ambientais que podem ou não favorecer a aprendizagem do indivíduo. (p. 14-5)

A autora FERNANDEZ (1991) considera as dificuldades de aprendizagem como sintomas ou fraturas no processo de aprendizagem e coloca em jogo quatro níveis: o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo. Para a autora a origem das dificuldades de aprendizagem não se relaciona apenas à estrutura individual, mas também à sua estrutura familiar. As dificuldades estariam relacionadas a várias causas:

1. Causas externas – à estrutura familiar e individual: originariam o problema de aprendizagem reativo, o qual afeta o aprender, mas não aprisiona a inteligência e, geralmente, surge do confronto entre o aluno e a instituição;
2. Causas internas à estrutura familiar e individual - originariam o problema considerado como sintoma e inibição, afetando a dinâmica de articulações necessárias entre o organismo, corpo, inteligência e desejo, causando o desejo inconsciente de não conhecer e, portanto, de não aprender.
(p. 37-08)

Neste contexto, há um único aspecto de fácil reconhecimento: a constatação de que o aluno não vai bem, via de regra, tais alunos demonstram estar abaixo do desempenho esperado. Deste ponto até a identificação de quais os aspectos que podem causar o baixo desempenho, exige-se a cautela necessária para apontar as causas e definir ações de superação do problema, há também a necessidade de identificar as questões, sobretudo àquelas que, direta ou indiretamente, influenciam no sucesso ou não da aprendizagem.

CAPITULO II

A LÍNGUA MATERNA: DA EJA AO PROEJA.

Partindo do pressuposto de que a EJA - Educação de Jovens e Adultos - é uma modalidade de ensino que surgiu com a finalidade oficial de diminuir o analfabetismo no país e que se efetivou inicialmente como uma metodologia mecanicista para dar noções de leitura e escrita aos jovens e adultos, é necessário buscar, neste momento, outras compreensões e conceitos acerca do que tem se constituído a EJA e de como esta vem lidando com aspectos da aprendizagem da leitura e escrita por esta população específica. Nesse sentido os conceitos de alfabetização e letramento podem nos ajudar nesta reflexão.

Em SOARES apud SANTOS, (2004, p. 29) temos que:

Alfabetizada= pessoa que apenas aprendeu a ler e a escrever, mas não adquiriu o estado ou condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam. (...) Letrada= palavra empregada no sentido que tem *literacy* em inglês. Pessoa que vive na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, fazendo uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

De acordo com a autora citada há diferenças entre ser alfabetizado e ser letrado, uma vez que ela afirma haver uma mudança social e cultural, no indivíduo letrado, mudança esta que não se refere ao aspecto da classe social, mas de mudar o seu lugar social, ou seja, seu modo de viver na sociedade.

Sobre letramento, SANTOS et al (2004) levanta duas questões essenciais:

- a- Ler – (...) é um conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos, que compõem um longo processo e complexo

continuum: em que ponto desse continuum uma pessoa deve estar para ser considerada alfabetizada, no que se refere à leitura? A partir de que ponto desse continuum uma pessoa pode ser considerada letrada no que se refere à leitura?

- b- Escrever – (...) é também um conjunto de habilidades, comportamentos, e conhecimentos que compõem um processo longo e complexo continuum uma pessoa deve estar, para ser considerada alfabetizada, no que se refere à escrita?

A aprendizagem da língua materna, especificamente no tocante à leitura e escrita da mesma, para os alunos da EJA deve servir para reduzir a distância entre o estudante e a palavra e anular experiências insatisfatórias anteriores com o processo de aprendizagem da leitura e da escrita; e ao mesmo tempo capacitá-lo a produzir respostas aos textos que escutam e lêem, pronunciando-se oralmente ou por escrito.

Através dessa interação sujeito/linguagem gerada pela leitura e pela escrita deve ser estabelecida uma prática do mundo real para além da decodificação para a vida, como apregoava Paulo Freire, em que linguagem e realidade se prendem dinamicamente. FREIRE apud SOARES (2005, p. 62) enfatiza que:

Na medida em que se possibilita uma leitura crítica da realidade, se constrói como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social.

Pode-se dizer assim, que a leitura e a escrita estaria contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo e ao mesmo tempo ajudando a situá-lo no mundo.

A partir do conceito de letramento e do entendimento de que as aulas de língua portuguesa não podem ser desvinculadas ao uso pelo aluno, o processo de ensino-aprendizagem desta vai possibilitar que o aluno conheça o uso, as funções da leitura e da escrita, os valores atribuídos a elas na sociedade em que vive.

Tal posicionamento precisa estar presente também em um curso técnico e/ou profissionalizante, nos quais os alunos não costumam se identificar muito com as aulas de Língua Portuguesa por acreditarem, erroneamente, que elas não contribuirão na sua inserção no mundo do trabalho.

Nesse sentido se chega a alguns questionamentos: Como as aulas de Língua Portuguesa, num curso técnico e/ou profissionalizante, mais especificamente na modalidade Proeja, possibilitam que os alunos se apropriem da leitura e da escrita e de suas práticas sociais? Esses alunos aprendem de modo específico? Que tipo de dificuldades eles enfrentam? Como os docentes dessa modalidade trabalham com essas dificuldades? Como as aulas de Português num curso de PROEJA são pensadas e executadas dentro de um conceito de letramento?

De acordo com LIMA, 1999 apud GONZAGA (2007) a educação básica de adultos começou a se inserir nos projetos e programas do governo brasileiro a partir da década de 1930 (p.143), Em 1947 foi lançada a Campanha Nacional de Educação de Adultos, sobre direção do professor Lourenço Filho(FARR,1982),com alfabetização em ter meses.

Desta época a atual, as reflexões e os avanços teórico-metodológicos das propostas levaram a criação de programas como o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Nesse contexto não se pode deixar de considerar as questões inerentes à leitura e a escrita.

Se por um lado se reconhece que os diferentes tipos de textos circulantes – jornais, revistas, científicos, etc- exigem competências diferenciadas de leitura, por outro, permanece a idéia de que os grupos populares precisam ler para ter acesso à cultura produzida pela humanidade. Nessa perspectiva, esses grupos – jovens e adultos – assumem, quase que exclusivamente, a condição de consumidores e não de produtores de cultura.

Ao associarmos PROEJA e letramento espera-se que os docentes desse programa estejam conscientes de que a noção de saber ler e escrever só serão completa a partir das possibilidades de leitura, escrita, interpretação e uso pelos discentes em suas práticas sociais. O respeito ao conhecimento já adquirido e

metodologia/conteúdo de acordo com a realidade desses educandos são fundamentais para que o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem ocorra de forma integral ,numa troca mútua que possibilite aos educandos deixarem de ser consumidores- leitores alfabetizados – e passem a ser produtores e criadores de seus próprios textos – leitores e escritores letrados.

2.1 Possibilidades e Recomendações

Os alunos do PROEJA têm suas especificidades, em sua maioria já possuem família, trabalham e fazem parte de um grupo social dinâmico. As dificuldades encontradas para a efetivação da prática de leitura e escritas nas salas de Proeja vão desde a percepção de fatores sociais – cansaço durante as aulas, virem direto do trabalho para a escola, enfrentar transporte coletivo lotado, não ter se alimentado nem feito higiene pessoal – que interferem na aprendizagem; além da falta de aproximação com e entre os alunos; bem como a não percepção por parte dos educadores dos seus interesses e objetivos para dar respostas significativas às reais necessidades destes alunos.

Através de observações informais e conversas com docentes e discentes do Colégio Estadual Visconde de Mauá, no setor Pedro Ludovico, em Goiânia Goiás sobre metodologias e ensino-aprendizagem da língua portuguesa com educadores que atuam nessa modalidade, percebe-se que as práticas pedagógicas relacionadas aos alunos que dominam ou não as habilidades de leitura e de escrita, demonstram que o discurso difere da prática, pois na maioria das vezes, a prática de leitura e escrita está voltada somente aos aspectos funcionais da linguagem, ou seja, decodificação dos signos gráficos e produção dissociada dos interesses dos educadores. Faz-se necessário repensar as estratégias utilizadas para atingir o desenvolvimento dos alunos. Nesse caso é preciso:

Ter uma concepção de linguagem como forma de interação, por possibilitar não somente uma transmissão de informações de um emissor a um

receptor, mas ver a linguagem como meio de interação humana.
(GERALDO apud SOARES, 2005, p. 31)

Frente ao processo crescente de desemprego estrutural, baixa escolaridade e qualificação insuficiente dos trabalhadores, incorporação das tecnologias da informação e comunicação, reestruturação produtiva; o tempo e a realidade exigem ações de médio e longo prazo para atender a universalização do acesso à educação básica até o nível médio. O PROEJA (Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006) revela a decisão de atender a demanda de jovens e adultos na busca de instrumentos – a habilidade e competência com a língua portuguesa, por exemplo – para lutarem por seu espaço como cidadão e trabalhador. É necessário garantir a alfabetização e letramento a 62 milhões de jovens e adultos (IBGE, , 2003).

Os sujeitos alunos da EJA não terão garantia de emprego ou melhoria material, mas terão possibilidade de alcançar seus objetivos com o enriquecimento através de novas referências culturais, sociais, históricas e laborais, terão uma visão diferenciada da anterior ao processo formativo. O rico universo lingüístico da língua materna precisa ser melhor explorado no processo de ensino – aprendizagem do trabalhador-aluno – maioria do público do PROEJA – através de atividades que façam com que eles avancem do nível de letramento em que se encontram para um nível mais letrado e consciente, inerente à vida do educando e suas práticas sócias.(Documento Base PROEJA,2007). Em MOURA (2006) temos:

As formas da variável padrão da língua fazem parte do currículo mais não podem ser dissociados de situações reais e significativas do uso da linguagem e devem prover os discentes de instrumentos para ler, interpretar, produzir e atuar na sua realidade. (p.11)

\

Aprender e viver, dois lados da mesma moeda, não são construções naturais envolvem complexidades, os educandos jovens e adultos apresentam dificuldades de aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa e estão cientes que o domínio da língua é fundamental para o acesso ao conhecimento e na aprendizagem (processo de ensino e educação), pois se sabe que o domínio desta, como fator de

transmissão e apropriação dos diversos conteúdos das disciplinas, condiciona o sucesso escolar, o que vai repercutir tanto no sucesso profissional, como no exercício pleno da cidadania.

Os professores inquiridos – docentes do Colégio Estadual Visconde de Mauá, setor Pedro Ludovico em Goiânia/GO- onde ministram aulas de língua portuguesa para discentes da EJA noturno dizem que os alunos apresentam dificuldades na:

- Leitura;
- Escrita;
- Vocabulário;
- Compreensão do conteúdo;
- Concordância nas frases;
- Sinais de pontuação;
- Sinais gráficos;
- Desenvolvimento de temas.

Alegam que estas dificuldades se dão fundamentalmente pelo fato dos mesmos já apresentarem essas dificuldades anteriormente, seja pelo fato de interrupção dos estudos na fase adolescente ou ainda mau aproveitamento em estudos procedentes. Colocam ainda fatores como carga horária e fragmentação dos conteúdos, bem como o material didático disponível.

Segundo TAVAGLIA (1996, p. 104) a falta de compreensão por parte dos alunos sobre o ensino da Língua Portuguesa, independente da modalidade de ensino deve-se:

Ao fato das metodologias de ensino serem baseadas predominantemente em uma abordagem tradicional empobrecida e reducionista, ou seja, a regra pela regra. Além disso, o professor acaba por não ceder espaço à atividade de reflexão do aluno em decorrência da ênfase dessa abordagem metodológica.

Há uma exagerada ênfase ao ensino gramatical relegando a segundo plano a leitura, interpretação e produção de texto. Aulas ministradas em compartimentos estanques, razão pela qual os alunos não chegam a perceber o significado do que estudam, já que a metodologia e até mesmo os conteúdos estão desvinculados da realidade vivida e de uma prática na qual o aluno não vê significado no que estuda. Para mudar essa realidade é necessária uma compensação adequada das funções e relações existentes entre os conceitos, as regras e a realidade.

Quanto aos docentes, não só no âmbito do Proeja tem-se em seu discurso pedagógico, a partir de premissas falsas de que memorização de regras e nomenclatura gramatical vai levar o aluno a adquirir condições de ler, escrever e falar bem acreditam que corrigindo os “erros” de frases isoladas e redações, cumprindo todo o programa estará assegurando o domínio de idioma.

É impossível formar leitores e produtores de texto ficando restrito à metodologias e espaços repetitivos. Os docentes apresentam amplo discurso teórico que precisa ser contextualizado, aliar teoria discursiva com a práxis pedagógica voltada para a produção de sentidos a partir dos educandos. Em outras palavras, é preciso corporificar, dar vida concreta as palavras.

Para os alunos da Educação de Jovens e Adultos e Proeja a necessidade primordial é de certa forma, a reconstrução de sua identidade na sociedade, ou seja, ter seu discurso legitimado e ao mesmo tempo inserir-se no mercado de trabalho de posse de habilidades e competências que o faça sobressair-se. Que o domínio da língua tem grande peso nesse processo é notório e indiscutível. No processo ensino-aprendizagem da língua materna, especificamente no que tange a leitura e a escrita faz-se necessária uma mudança. Para ALBUQUERQUE, 2004, (p. 67) a diversidade textual deve ser preponderante no contexto do Proeja:

Muitas vezes cria-se uma evidente contradição: lê-se e escreve-se muito mas o ensino da escrita alfabética não muda. (...) há diversidade de textos, mas poucos métodos que visem os aspectos funcionais da alfabetização e letramento.

A ideal situação de aprendizagem deverá ser aquela que apresentar conteúdos novos ou possibilidades de aprofundamento de conteúdos já tematizados; com atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o domínio da expressão oral e escrita em situação de uso público da linguagem, levando em conta a situação de produção social e material do texto, selecionando os gêneros adequados para a produção textual, operando sobre as dimensões pragmática, semântica e gramatical.

A revista Escola de Agosto/2009, traz uma reportagem de capa – série especial- sobre a produção de texto que muito esclarece sobre os aspectos da utilização de gêneros textuais em sala de aula. O autor já enfatiza inicialmente que é preciso parar de ensinar suas características para passar a utilizá-los no dia a dia de todas as turmas com o objetivo de formar leitores e escritores. (p. 48)

MOÇO (2009) ressalta que:

Na última década, a grande mudança nas aulas de Língua Portuguesa foi a “chegada” dos gêneros à escola. Essa mudança é uma novidade a ser comemorada. Porém muitos especialistas e formadores de professores destacam que há uma pequena confusão na forma de trabalhar (p.49).

Ao explorar apenas as características de cada gênero, o educador perde uma condição didática para trabalhar os comportamentos leitores e escritores – ler para estudar, encontrar uma informação específica tomar notas, elaborar resumos, sublinhar as informações mais relevantes, comparar dados entre textos e, claro, enfrentar o desafios de escrevê-los. (p. 50)

Sobre os conteúdos clássicos da disciplina: ortografia e gramática, MARCUSCHI apud MOÇO (2009) afirma que eles continuam sendo muito importante nesse novo jeito de planejar:

Pois conhecê-los é essencial para que os alunos superem as dificuldades. Que tempo verbal usar para contar algo que já aconteceu? Que recursos de coesão e coerência garantem a compreensão de uma história? Saber utilizar a língua é o que mais influencia a qualidade textual.

Percebe-se que não é recomendável colocar a ortografia e a gramática como um fim em si mesmo ocupando o centro das aulas. Assim como os gêneros, elas são um meio para ensinar a ler e escrever cada vez melhor. Na integração de atividades com diferentes propósitos, os alunos vão além das características de cada gênero e da memorização de regras e conceitos, conseguindo fazer uso da gramática e da ortografia em situações reais, o que permite chegar ao que os especialistas chamam de “caminhada da autoria”.

A mescla de modalidade, segundo o articulista Anderson Moço – em artigo na revista Escola/Agosto de 2009- deve seguir a proposta da pesquisadora argentina Délia Lerner – dividir os trabalhos entre atividades permanentes, seqüências didáticas e projetos didáticos que podem ser interligados ou usados separadamente, dependendo dos objetivos (p. 54).

Na Educação de Jovens e Adultos e no Proeja, implica ao docente de língua portuguesa de investigar, entre muitos aspectos, as reais necessidades dos alunos, verificar como produzem os conhecimentos adquiridos; conhecer suas lógicas, estratégias e táticas para resolver situações e enfrentar desafios; rever suas metodologias, suas formas de reinventar a didática cotidiana, na busca da excelência em qualidade da sua prática. Só assim estarão oferecendo aos alunos a real possibilidade de compreender e aprender uns com os outros, em sutil atividade cognitiva, afetiva e emocional no seu esforço de retorno à escola e no desafio de vencer estigmas e preconceitos pelos estudos interrompidos, a idade de retorno, as dificuldades de aprendizagem e, sobretudo, valorizar a perspectiva sensível de que a formação desse aluno representa, para ele, o transpor barreira rumo à cidadania, melhores condições laborais e principalmente, qualidade de vida, através da recuperação de sua auto-estima e confiança no seu potencial, não só como trabalhador, mas também como ser humano.

Nesse contexto o domínio da língua materna assume papel fundamental para a sua inserção na sociedade letrada. Ter competências para os aspectos gramaticais e a norma padrão de língua portuguesa e nominar todos os aspectos inerentes a leitura e a escrita fará desse sujeito um protagonista de sua própria história.

Os educadores do Programa Educacional Proeja já estão cientes de que o processo ensino – aprendizagem do idioma requer metodologias que levem a sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Proeja propõe uma educação profissional e tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana, numa perspectiva da vivência do educando. Para os discentes dessa modalidade o domínio da língua materna é indispensável, tanto como meio de aprendizagem desta e das outras disciplinas quanto competência para sobressair-se no mundo do trabalho.

O propósito ao se tomar os aspectos da fala - oralidade e leitura-escrita como objeto de estudo, busca-se refletir sobre as adequações dos seus registros nas dadas situações de comunicação. Para interagir socialmente com competência, os educandos precisam mais do que o conhecimento das normas gramáticas, precisam ser letrados.

Porém a concepção de ensino-aprendizagem da maioria dos educadores vem recheada de teorias presas ao antigo conceito de alfabetização e suas metodologias precisam adequar-se à realidade dos alunos. De modo geral há consciência acerca das dificuldades com o aprendizado do idioma chegando até mesmo a um consenso geral deste fato. O que urge é mudar o foco dado ao ensino da gramática e ortografia para as possibilidades de um trabalho integrado, pois o privilégio dado a este enfoque cria entraves para o educando em sua vida escolar e cotidiana.

Infelizmente, muitos professores ainda lidam com o texto atribuindo-lhe apenas um valor de instrumento avaliativo, sem expor qualquer significado na sua produção e/ou leitura, atendendo-se aos “erros” de ortografia, pontuação, acentuação e concordância. Esse pode ser um dos principais motivos de falta de interesse dos alunos pelo método mecanicista e nonsense em que os gêneros textuais e a redação, bem como a leitura que privilegia a pronúncia de acordo com a norma culta, são tratados na prática docente.

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental pelo Ministério da Educação (1997/1998), foi oficialmente atribuído aos professores de língua portuguesa o desafio de implementar, em toda a educação básica, um novo ensino da gramática. O maior impacto dessa proposta foi e

continua sendo o de abandonar o ensino de regras gramaticais focado em frases isoladas, acompanhado do ensino da nomenclatura. Como toda mudança cultural, não tem sido fácil, pois a defesa da pura gramática tradicional – GT, normativa e prescritiva – ainda é forte, sobretudo na mídia televisiva e impressa. Há em todo o Brasil, dezenas de colunas nos jornais dedicadas à GT.

O ensino e domínio de regras em frases isoladas não respondem às necessidades dos jovens e adultos que retomam os estudos. Espera-se que o ensino da Língua materna leve esses educandos a produzirem e ler textos articulados com sua realidade e o façam sentir-se preparados para as diversas relações e práticas sociais, entre elas, as que ocorrem mediante textos.

Portanto, espera-se que os envolvidos no processo ensino-aprendizagem: professor/aluno sejam capazes de através de uma relação dialética, saibam expor suas dificuldades e buscar caminhos para somá-las em prol de si mesmo e de um ensino de melhor qualidade e que responda ao ensino de uma educação contextualizada com a realidade do educando e as exigências do mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

- BOCK. Ana Maria Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva 2001.
- FALCÃO. Gerson Marinho. **Psicologia da Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2001.
- FERNADEZ, **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clinica da criança e da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GONZAGA, Amarildo Meneses. **Perspectivas em Educação de Jovens e Adultos para a Formação Profissional**. Manaus: CEFET, 2007.
- MOÇO, Anderson. **Produção de Texto: Gênero – título: Gêneros como usar**. Série Especial. In Nova Escola. Ano XXIV nº 224. Agost/2009 p. 48-56
- MOURA, Tânia Maria de Melo. **A Pratica Pedagógica dos Alfabetizados de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. 3. Ed. Maceió: EDUFAL, 2004.
- PAÍN, S. **Subjetividade – Relação entre desejo e Conhecimento**. São Paulo: CEVEC, 1996.
- PFROMM NETO, Samuel. **Psicologia da Aprendizagem e do Ensino**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo – EPU, 1987.
- RUBINSTEIN, Edith Regina. **O Estilo de Aprendizagem e a queixa escolar: entre o saber e o conhecer**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003
- SANTOS, Francisca Oliveira et al. **Gêneros textuais: na educação de Jovens e adultos em Maceió**. Maceió: FAPEAL, 2004
- SOARES, Leônico. **Aprendendo com a Diferença: estudos e pesquisas em educação de Jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- VIGOTSKLL, Lev Semenovich, 1986 – 1934. **Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem**. Lev. Semenovich Vigostskii, Alexander Romanovich Luria, Alex N.

Leontiv; Tradução: Maria da Penha Villalobos – São Paulo: Ícone, 2006 (Coleção Educação Crítica)

WITTER, Geraldina Porto. et al. **Psicologia da Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1984 (Temas básicos de Psicologia; V. 9).